



Licença de Operação

Processo Nº 61/400755/2017

LO Nº: 295

Ano 2017

Nº Licença Anterior: LP 97

Data de Expedição: 30/09/2016

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, EXPEDE a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO, de acordo com a Lei nº 2.257, de 09/07/2001 e suas alterações posteriores, e normatizada através da Resolução SEMADE nº 09 de 13/05/2015.

Requerente: EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. CPF/CNPJ: 03982931000120
SANESUL

Endereço do Empreendimento: ÁREAS DE TERRA DESTACADAS DO SÍTIO SÃO MATEUS, SITUADA NA GLEBA C

Complemento: FAZENDA SAMAMBAIA

Bairro: ZONA RURAL

Município: Batayporã

CEP: xxxxxxxx

UF: MS

Bacia Hidrográfica: Paraná/Rio Ivinhema

Corpo Receptor: RIBEIRAO ESPERANÇA

Área Ocupada Prevista: 3 há

Área Total: 17,9768 ha

Atividade: 7.29.1 - SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – CONTEMPLANDO ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE, E EMISSÁRIO FINAL

capacidade:

VALIDADE LICENÇA: 4 ano(s)

coordenada S: 22º 18' 33.16"

coordenada W: 53º 17' 16.60"

Condicionantes Específicas:

1. Esta licença autoriza a operação da Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 13,54 L/s (48,74m³/h) e composto por: Caixa Receptora de Caminhão Auto Fossa, Tratamento Preliminar (gradeamento, desarenador, calha parshall e caixa de areia), Lagoa Anaeróbia, Lagoa Facultativa, Lagoa de Maturação, 01 Laboratório padrão para análise de rotina e Emissário final, com destinação final do efluente tratado no Córrego Ribeirão Esperança;
 2. Quando da implantação do 2º módulo da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE deverá requerer junto ao IMASUL/MS a competente Licença de Instalação para ampliação, acompanhada de novo estudo de capacidade de suporte de carga do Córrego Ribeirão Esperança, devendo considerar a vazão máxima;
 3. O Empreendimento deverá operar em conformidade com o projeto, memorial descritivo e Sistema de Controle Ambiental – (S.C.A) aprovados por este Instituto;
 4. Quando da solicitação da Renovação da Licença de Operação (RLO) deverá ser apresentado a este IMASUL:
 - a. Comprovação da execução do Plano de Compensação Ecológica, realizado junto ao órgão gestor da unidade de conservação afetada;
 - b. Relatório de execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, contemplando: quantidades de resíduos sólidos gerados, certificados de destinação dos resíduos e licença ambiental do local de destinação.
 5. Deverá ser apresentado a este IMASUL/MS, Relatório semestral de execução do Plano de Automonitoramento – PAM acompanhado da respectiva Documentação de Responsabilidade Técnica, no máximo 10 (dez) dias após um período respectivo de coleta de dados, contados a partir da data de assinatura desta Licença, contemplando, para cada monitoramento realizado, tipo e local de amostragem com as respectivas coordenadas geográficas (Datum Horizontal SIRGAS 2000), a avaliação técnica dos dados obtidos e sua confrontação com a legislação ambiental pertinente, ART dos responsáveis pelas análises, apresentação dos boletins analíticos das amostras, propostas e/ou medidas efetivadas de saneamento de situações constatadas como não-conformes. O monitoramento deverá seguir os parâmetros e periodicidades abaixo descritos:
 - A. Eficiência do sistema de tratamento de efluentes, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente, na entrada e saída do sistema, contemplando os seguintes parâmetros: vazão, temperatura do ar e da água, pH, DBO5,20, DQO, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal Total, Cloreto, Sólidos Suspensos, Materiais Sedimentáveis e coliformes termotolerantes;
 - B. Qualidade das águas superficiais, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente, à montante e à jusante do ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, imediatamente após a zona de mistura, contemplando os parâmetros: vazão, cor, turbidez, pH, DBO5,20, DQO, Oxigênio Dissolvido, Condutividade elétrica, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal total, Óleos e Graxas (informar se ausentes ou presentes virtualmente no momento da coleta), Cloreto, Sólidos Dissolvidos Totais, coliformes termotolerantes, nitrato, nitrito;
- CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS ÀS FLS. 02/03...../

/.....
CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DA LO Nº 295/2017.

- C. As coletas das amostras dos efluentes e das águas superficiais deverão ser realizadas na mesma data e como o menor intervalo de tempo possível entre as coletas das amostras;
6. Deverá ser limitada a utilização do by-pass e/ou extravasor somente em casos emergenciais de precipitação intensa de chuva, falta de energia concomitante com falhas mecânicas do grupo gerador e manutenções de emergência. Quando da sua utilização deverá ser enviado ao IMASUL/MS um relatório técnico descrevendo as ocorrências que levaram a sua utilização, período de utilização, bem como as medidas corretivas no sistema de tratamento visando cessar seu uso;
7. Quando da utilização do by-pass e/ou extravasor deverá ser realizado o monitoramento diário do corpo receptor, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser à montante e à jusante do ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, imediatamente após a zona de mistura, contemplando os parâmetros: vazão, cor, turbidez, Ph, DBO5,20, DQO, Oxigênio Dissolvido, Condutividade elétrica, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal total, Óleos e Graxas (informar se ausentes ou presentes virtualmente no momento da coleta), Cloreto, Sólidos Dissolvidos Totais, coliformes termotolerantes, nitrato e nitrito com entrega de relatório com boletins de análise juntamente com a apresentação do relatório do Plano de Automonitoramento;
8. O lançamento dos efluentes deverão apresentar padrões de qualidades de forma a não alterar a classe em que o corpo receptor esta enquadrado para atender a Deliberação CECA nº 036/2012 e a Resolução CONAMA nº 357/2005, complementada e alterada pela Resolução CONAMA nº 430/2011;
9. Deverá cumprir a Portaria de Outorga nº 0000744 de 06 de outubro de 2017 para lançamento, transporte e disposição final de efluentes;
10. Deverá manter limpo e sem vegetação (acero) o caminho de acesso ao ponto de lançamento de efluente no corpo hídrico receptor para fins de fiscalização;
11. Todos os resíduos sólidos provenientes do empreendimento deverão sofrer coleta, acondicionamento, tratamento e destinação final de acordo com as Normas Técnicas da ABNT, legislação vigente e Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos – PGRS, não sendo permitida a disposição inadequada de qualquer tipo de resíduos, e em qualquer estado físico, de maneira a assegurar a não contaminação dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos
12. Fica proibido o lançamento de lodo "in natura" proveniente da ETE diretamente no solo;
13. Os resíduos provenientes do desarenador deverão sofrer mesmo tratamento que os resíduos sólidos provenientes do gradeamento, estando proibido como destino final corpo receptor;
14. Deverá ser mantida a cortina arbórea no entorno da ETE;
15. Os equipamentos, tampas, medidores de vazão devem ter manutenção constante para evitar derramamento, vazamentos e odor;
16. Os operadores da ETE deverão utilizar uniformes e EPI's;
17. Não permitir o acesso de águas pluviais para dentro da rede coletora de esgoto;
18. O entorno da atividade deverá permanecer limpo e em condições adequadas de higiene;
19. Fica proibida emissão de qualquer tipo de substâncias odoríferas em quantidades que possam ser perceptíveis fora da área da propriedade do empreendimento;
20. Deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação, do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
21. Fica proibida ampliação de área, bem como de equipamentos instalados sem a devida autorização do IMASUL/MS;
22. Deverá atender as disposições das Especificações de Proteção contra Incêndios aprovadas pelo Decreto nº 5.672, de 22 de outubro de 1990 e suas alterações, e Lei Estadual nº 4.335, de 10 de abril de 2013;
23. O empreendedor deverá adotar as medidas mitigadoras apresentadas.
-/



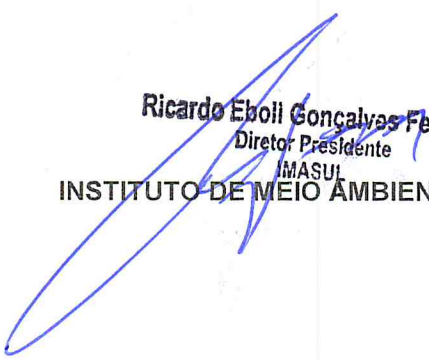
CONDICIONANTES GERAIS DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 295 / 2017

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. O IMASUL/SEMAGRO/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMAGRO/MS;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMAGRO/MS;
6. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
7. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
 - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
 - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
 - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 4 ano(s) da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento

Campo Grande, 25 OUT 2017


Ricardo Eholi Gonçalves Ferreira
Diretor Presidente
IMASUL

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

